

Índice

Canadá, o novo caso de sucesso na educação.....	1
O aborto põe à prova a diversidade da esquerda.....	2
As tunisinas poderão casar-se com não muçulmanos	4
“La Revolución rusa”.....	4

Canadá, o novo caso de sucesso na educação

O Canadá permanece há algum tempo nos primeiros lugares do *ranking* PISA. Além disso, é um exemplo de que a excelência não é incompatível com a equidade: ricos e pobres, nacionais e estrangeiros, rapazes e raparigas, mostram poucas diferenças nos seus resultados. Por outro lado, algumas características do sistema educativo parecem contradizer a “sabedoria popular” sobre o que é bom e mau para a escola. Também existem alguns aspetos menos positivos, que podem servir como advertência.

O Canadá é um dos poucos países que, desde a publicação do famoso *ranking* PISA, não deixou de figurar nos primeiros lugares nas três disciplinas analisadas: leitura, matemática e ciências. Na última edição, a de 2015, ocupou o segundo, décimo e sétimo lugares, respetivamente. Em ciências, que foi o foco deste relatório, quase 40 % dos estudantes atingiram os níveis superiores, 11 pontos mais do que na média da OCDE, e apenas 30 % se situaram nos níveis baixos (46 % na OCDE). Além disso, é o quarto país com uma maior percentagem de estudantes que têm notas excelentes nos três campos.

Todavia, mais do que as pontuações em si mesmas, as análises sobre o sistema educativo canadiano costumam destacar a sua capacidade para integrar excelência e equidade. Em comparação com o resto do primeiro mundo, no Canadá “pesa” muito pouco o nível socioeconómico do aluno, que só explica 7 % dos resultados em ciências, 17 % em Sin-

gapura (uma das regiões com melhores notas nesta disciplina) ou 20 % em França.

Muito menos existem grandes diferenças entre os estudantes autóctones e os imigrantes, inclusivamente os de primeira geração. Algo relevante devido ao facto do sistema educativo canadiano ser o sétimo com mais população de origem estrangeira nas suas salas de aulas, em relação ao total de alunos.

Contudo, também é verdade que tudo o que tem de heterogéneo no plano cultural, tem-no de homogéneo no plano económico. De acordo com a divisão da OCDE, o Canadá é dos países com menor percentagem de alunos nos níveis de rendimento mais baixos. Além disso, a população adulta é uma das que têm mais títulos académicos: 55 % dos que se encontram em idade de trabalhar têm um título superior, contra somente 35 % na média da OCDE.

Além dos fatores que poderíamos chamar “estruturais”, parte do êxito canadiano pode ser explicado pela motivação tanto dos professores como dos alunos. Como na Finlândia, a entrada na carreira docente é seletiva, pelo que goza de grande prestígio. Esta boa reputação está, além disso, refletida nos salários, elevados em comparação com a média da OCDE. Além disso, a participação dos docentes em atividades de desenvolvimento profissional é uma das mais altas.

A preparação é particularmente cuidadosa no que se refere à leitura, que se converteu num dos grandes sucessos do sistema educativo canadiano. O país conta com pessoal especialmente preparado para esta tarefa. Assim, os casos problemáticos são detetados de forma precoce, e em seguida

começa-se a trabalhar para preencher as possíveis lacunas. Além, disso, as escolas costumam contar com boas bibliotecas para os alunos. Os resultados são claros: não só a pontuação geral no PISA é muito alta – se as províncias participassem por sua conta no *ranking*, quatro delas estariam nos cinco primeiros lugares no plano mundial –, como também os rapazes estão a conseguir bons resultados – embora ainda piores do que as raparigas –, numa disciplina em que na maioria dos países não vão bem.

O envolvimento dos professores não se limita à leitura. Quase nove em cada dez inquiridos no PISA salientavam que o seu respetivo professor de ciências “mostrava interesse e prestava apoio no dia a dia do seu processo de aprendizagem”, uma percentagem claramente superior à média da OCDE.

Esta motivação externa, juntamente com a interna, dá resultados: mais de 80 % dos estudantes entrevistados para o PISA salientavam que queriam “ser o melhor naquilo que fizessem” (65 % na OCDE), e uma percentagem semelhante aspirava obter um título universitário. A percentagem era praticamente igual entre os imigrantes de primeira geração, um setor da população em que esta resposta costuma ser menos frequente (40 % na OCDE).

A radiografia da escola canadiana oferece algumas surpresas, elementos que não se enquadram com os requisitos que as ideias convencionais estabelecem para sistemas educativos de sucesso. Por exemplo, chama a atenção a pouca popularidade das creches. Enquanto que alguns países confiam a igualdade de oportunidades escolares à universalização das creches, no Canadá, mais de metade dos alunos frequentou menos de dois anos de ensino pré-escolar. No conjunto da OCDE, a percentagem é de 22 %.

É provável, portanto, que uma parte importante dos rapazes e raparigas canadianos aprendam a ler já na escola, o que contrasta com a ansiedade de muitos países do primeiro mundo em ensiná-los quanto antes. Os magníficos resultados do Canadá no teste PISA (que é feito a estudantes de 15 anos) sugerem que a precocidade não é assim tão necessária.

Também é interessante que 35 % dos alunos canadianos que participaram no PISA tenham dito exercer um trabalho remunerado antes ou depois da escola, uma percentagem significativamente maior do que a média. Considerando o elevado nível económico da população, parece mais uma questão cultural do que de necessidade. Embora os empregos a tempo parcial sejam mais frequentes entre os rapazes, a diferença com os restantes países é especialmente significativa nas raparigas. Além disso, o Canadá é quase o único território em que a percentagem de estudantes com um destes trabalhos é maior entre a população autóctone do que entre os estrangeiros.

Mesmo que os últimos relatórios PISA já tenham referido a escassa relação entre resultados e a percentagem professores-alunos, a sabedoria popular ainda concede grande importância a este fator. Os dados do Canadá são significa-

tivos: existem mais alunos por professor e o tamanho de cada classe situa-se em valores normais. Não há que procurar nos grupos pequenos o segredo para o seu sucesso.

A análise da escola canadiana tem também os seus pontos negros. Um deles é a relação emocional do aluno com a escola. Uma percentagem algo superior à média da OCDE (embora sempre minoritária) afirma sentir-se “como um estranho”, “fora do lugar” ou “sozinho”, embora em contrapartida os que pensam “ser apreciados pelos outros companheiros” sejam em número superior ao de outros países. Curiosamente, os sentimentos negativos são mais frequentes entre os estudantes autóctones.

Outro aspeto a melhorar é o resultado em matemática. Apesar de continuar a ser um dos países com melhores notas, a pontuação caiu significativamente nas últimas edições do PISA. Alguns analistas [especulam](#) que poderá dever-se, parcialmente, ao crescimento da chamada “aprendizagem baseada no estudante”.

Também são preocupantes as diferenças entre regiões. Enquanto que nas mais povoadas (Ontário, Alberta, Colúmbia Britânica e Québec) as notas são excelentes em todas as matérias, outras menos populosas obtêm resultados mais medíocres, especialmente em matemática.

F.R.-B.

O aborto põe à prova a diversidade da esquerda

O aborto é uma das “guerras culturais” que enfrentam os dois partidos mais importantes dos Estados Unidos. Enquanto o Republicano [tende a promover](#) restrições ao aborto, o Democrata opõe-se a elas. Mas perante as eleições que serão a meio do mandato em 2018, alguns líderes democratas interrogam-se sobre se o apoio ao aborto legal tem de continuar a ser uma marca de identidade da esquerda e, portanto, um requisito exigível a todos os candidatos.

O que é que converte um candidato num democrata de pura cepa? Bastará que dê primazia à justiça social e se centre em melhorar as condições materiais de vida, ou ter-se-á de exigir também a adesão incondicional à ortodoxia progressista que a Nova Esquerda trouxe nos anos 60 e 70?

A questão colocou-se em abril último, aquando de uma série de eleições parciais para o Congresso e de outras locais. O Partido Democrata tinha acabado de fazer a sua “digressão da

unidade”, pensada para reunir as suas [duas correntes principais](#). Da parte do *establishment* ia Tom Pérez, novo líder do Comité Nacional Democrata (CND) e o primeiro hispânico na sua presidência. Com ele – mas por sua conta –, o carismático Bernie Sanders, que apesar de estar registado como independente, se converteu no favorito de um setor das bases democratas.

Durante a digressão, Sanders apoiou publicamente Heath Mello, candidato democrata ao município de Omaha (Nebraska) e membro da assembleia legislativa do seu estado entre 2009 e 2016. O seu [historial de votações](#) encaixa com a ideia de progressista que tem Sanders: Mello apoiou aumentos salariais, a expansão do Medicaid, medidas a favor do ambiente... No ato de apoio a Mello também se encontrava o vice-presidente del CND, Keith Ellison, que substituiu Pérez, presente noutro ato.

No entanto, para a NARAL Pro-Choice America, Mello não é um progressista, pois como deputado estadual tinha votado a favor de restrições ao aborto. O caso mais comentado nos meios de comunicação foi o seu apoio a uma lei que exigia aos médicos que informassem as mulheres que queriam abortar sobre a possibilidade de fazerem um exame de ultrassons gratuito. Votou também a favor de proibir o aborto depois da semana 20 da gravidez; proibir a cobertura do aborto no seguro médico; medidas de atendimento pré-natal para as imigrantes indocumentadas...

Ora, durante a sua campanha para o município, Mello [disse ao](#) “The Huffington Post” que, se ganhasse, “não faria nada para restringir o acesso aos cuidados de saúde reprodutiva” e [prometeu o seu apoio](#) à Planned Parenthood.

À NARAL não lhe pareceu suficiente e, no mesmo dia em que recebeu o apoio de Sanders, a sua presidente, Ilyse Hogue, qualificou o apoio a Mello de “dececionante” e “politicamente estúpido”. Tom Pérez, que estava na Geórgia a apoiar outro candidato, reagiu rapidamente com um comunicado onde reafirmou o compromisso do Partido Democrata com “o direito de cada mulher tomar as suas próprias decisões em matéria de saúde reprodutiva e aceder aos serviços de aborto seguro”.

Por seu turno, Sanders defendeu-se das críticas e pediu maior abertura mental ao partido. “Nalguns estados conservadores haverá candidatos [democratas] que são populares e que talvez não concordassem comigo em todos os temas. Entendo isso. A política é isso”, disse em [declarações à NPR](#). “Temos de avaliar os lugares de onde vêm as pessoas e fazer o possível por lutar a favor da agenda *pro-choice*. Mas penso que não se pode excluir ninguém apenas por discordar de nós num determinado assunto”.

Neste contexto, o grupo Democrats for Life of America (DFLA) pediu para se reunir com Pérez de modo a assegurar que o partido não continuava com a linha dura favorável ao aborto, acentuada nos últimos anos. A reunião aconteceu em junho, segundo [a informação de](#) Clare Floran em “The Atlantic”. E, de momento, conseguiu levar à opinião pública o debate sobre o

pluralismo ideológico do Partido Democrata. Este orgulha-se de ser a formação que maior diversidade étnica e de género proporciona ao Congresso, o que é verdade. Mas em temas controversos como o aborto, a família ou a sexualidade, [a variedade de opiniões é reduzida](#).

Naquele encontro, o grupo DFLA apresentou a Pérez uma lista de exigências para garantir um mínimo de pluralismo no partido. Floran destaca as seguintes:

1. Uma declaração pública do Comité Nacional Democrata e uma carta pessoal dirigida aos líderes democratas estaduais e locais, “onde explique que o partido não apoia nenhum teste de pureza ideológica na questão do aborto nem pressionará ninguém para mudar a sua posição sobre a vida”.
2. Abandonar a tentativa de revogar a emenda Hyde de 1976, que limita o financiamento do aborto com fundos do Medicaid aos pressupostos de violação, incesto e grave perigo para a vida da mãe. Esta lei, que tem de ser aprovada anualmente no Congresso, não suscitava grandes desacordos até agora. Mas, em 2016, o Partido Democrata introduziu no seu programa o compromisso de acabar com esta emenda, para alargar o financiamento público do aborto a mais casos.
3. Criar uma comissão específica, dentro do partido, que dê apoio aos democratas pró-vida.

O CND não aprecia este debate e, por agora, respondeu com declarações vagas, na linha de ouvir toda a gente. O líder democrata no Senado, Chuck Schumer, também se junta às palavras nebulosas e insiste em que no Partido Democrata há lugar para pessoas com posições diversas, mas acrescenta: “Não nos enganemos: somos um partido *pro-choice*, fortemente *pro-choice*”. Outros, pelo contrário, deixam a porta mais aberta: a homóloga de Schumer na Câmara de Representantes, Nancy Pelosi, também *pro-choice*, afirma que “evidentemente” pode haver democratas que se opõem ao aborto. E Ben Ray Luján, diretor executivo do Comité Democrata de Campanha do Congresso e representante pelo Novo México, defende que “não há nenhum teste de pureza ideológica para nenhum candidato”.

Michael Wear, ex-assessor de Obama em temas religiosos durante o seu primeiro mandato (2009-2011) e na campanha presidencial de 2012, lamenta que o partido tenha vindo a expulsar de facto os seus votantes pró-vida. “Muitos democratas pró-vida costumavam dizer: a minha presença no partido não significa que esteja de acordo com todas as suas posições; fico nele para ser uma força interna de pressão ou uma voz contrária ao aborto”. No entanto, perante a radicalização do partido neste assunto, “muitos deles têm vindo a abandoná-lo”, explicou numa entrevista a “The Atlantic” (“Aceprensa”, 9.1.2016).

Para Wear, evangélico e pró-vida, no crescente incómodo desses votantes influiu o facto do partido depender cada vez mais do financiamento das organizações *pro-choice*. “Em

2012, as doações da Planned Parenthood alcançaram um nível histórico e, em 2016, voltaram a bater um novo recorde”.

“O Partido Democrata costumava dar as boas-vindas às suas fileiras dos que não apoiavam o aborto. Agora estamos tão longe disto, o que é insensato”.

J. M.

As tunisinas poderão casar-se com não muçulmanos

O governo da Tunísia anunciou a revogação de uma circular de 1973 que proibia às tunisinas muçulmanas casarem-se com homens de outra religião, se estes não se convertessem ao Islão. Esta liberdade de escolher cónjuge foi uma reivindicação exigida por associações feministas e por todos os que defendem a adaptação das interpretações tradicionais da xaria ou lei islâmica à nova Constituição de 2014.

Até agora, a lei tunisina permitia, de acordo com a tradição islâmica, que um muçulmano se casasse com uma mulher de fé cristã ou judaica. Pelo contrário, não era aceite a situação inversa. Para que fosse reconhecido o casamento, o homem de outra religião tinha de apresentar um certificado de conversão ao Islão. E se uma tunisina muçulmana se casasse no estrangeiro sem esse certificado, o seu casamento não podia ser reconhecido na Tunísia.

Embora não existam estatísticas confiáveis, as associações que reclamavam a mudança diziam que a proibição estava na origem de sofrimentos para milhares de mulheres afetadas e suas famílias. Também criticavam a discriminação que neste campo sofriam as mulheres em relação aos homens. Segundo a interpretação tradicional, um muçulmano pode casar-se com uma mulher de outra religião, porque os seus filhos serão sempre muçulmanos.

Em meados de agosto, o presidente Essebsi pediu ao governo para eliminar a circular de 1973 e todos os textos relacionados. O governo é uma coligação entre o partido Ennahda, islamista moderado, e o Nidaa Tounes, de tendência conservadora e laica. Nesse governo, figuram oito mulheres, algumas em cargos importantes.

O Ennahda não foi capaz de articular uma posição comum em relação a esta medida, que foi criticada por alguns imãs visto contradizer a xaria. Mas os defensores da medida defendem que a nova Constituição, aprovada em 2014, garante a liberdade de crença e a igualdade de todos perante a lei.

Também neste aspeto, a Tunísia tem vindo a ter um papel pioneiro entre os países árabes. Em finais de julho, o Parlamento aprovou por unanimidade uma lei sobre a violência contra a mulher e está em trâmite numa comissão emendar a atual legislação sobre a herança que discrimina a mulher.

“La Revolución rusa”

“Die russische Revolution”

Autora: Rosa Luxemburgo

Página Indómita. Barcelona (2017)

144 págs.

Tradução (castelhano):

Antonio López e Roberto Ramos Fontecoba.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma das figuras mais destacadas do socialismo nas primeiras décadas do século XX. Nascida na Polónia, seria posteriormente na Alemanha uma das fundadoras da Liga Espartaquista e, depois, do Partido Comunista. Morreu após a falhada revolução espartaquista de 1919, assassinada pelas forças paramilitares encarregadas da repressão.

Em 1918, quando se encontrava na prisão de Breslau, começou a escrever um texto sobre a Revolução russa com a intenção de o publicar numa revista. A proposta foi rejeitada, mas ela entregou um rascunho ao seu amigo Paul Levi. Quando Levi foi expulso do Partido Comunista em 1922, decidiu dar a conhecer este texto, inacabado, no qual a autora avalia criticamente o conseguido nos primeiros meses da Revolução.

Por um lado, a autora destaca o papel decisivo do partido de Lenine e Trotsky, “o único que realmente aplicou uma política socialista”. Também refletia sobre as decisões tomadas em relação ao processo de paz (a assinatura do Tratado de Brest-Litovsk em 1918), a caótica repartição de terras e o impulso – que Luxemburgo rejeitava – aos processos de autodeterminação, que provocaram o crescimento dos nacionalismos e a desintegração da Rússia.

Mas a autora mostra-se especialmente crítica noutros aspetos essenciais para a consolidação da Revolução. Censura duramente que a Revolução se apoiasse na generalização do governo do terror, eliminasse as garantias democráticas e cortasse ao máximo a liberdade de imprensa e os direitos de associação e reunião.

Como escreve, “a liberdade apenas para os defensores do Governo, apenas para os membros de um partido – por muito numerosos que estes sejam – não é liberdade. A liberdade é sempre e exclusivamente liberdade para quem pensa de maneira diferente”. Na sua opinião, Lenine e Trotsky rejeitavam a representação popular baseada no sufrágio universal e apoiavam-se somente nos soviets.

Os posteriores acontecimentos políticos na URSS deram razão a estas palavras de Luxemburgo. As suas críticas nunca foram bem recebidas, e embora a sua dramática morte tenha provocado uma mitificação da sua figura revolucionária, as suas ideias heterodoxas sobre a implantação da ditadura do proletariado fizeram moça no seu prestígio como revolucionária exemplar. E a verdade é que, vendo o que aconteceu na URSS nas décadas posteriores, aos dirigentes comunistas foi impossível assimilar mensagens tão contundentes como a seguinte: “A vida pública dos países com liberdade limitada é tão pobre, tão rígida e tão estéril precisamente porque, ao converter a democracia em algo que exclui, fecha as fontes vivas de toda a riqueza e progresso espirituais”.

A. T.

